

## 4

# A «Rodada do Milénio» da OMC e as negociações interregionais

O século XXI será iniciado dentro de um novo contexto internacional: a liderança dos Estados Unidos na área da segurança e na área económica; o papel de destaque deste país, da União Europeia, do Japão, do Canadá e, agora, da China no comércio internacional; a globalização da produção, dos mercados e do capital; o crescente papel das empresas transnacionais na produção e no comércio de bens e serviços; o fortalecimento dos acordos regionais entre os países; e o desafio da volatilidade dos capitais que gerou crises económicas profundas na Ásia, na Rússia e na América Latina.

Diante desse novo contexto internacional, a Organização Mundial de Comércio (OMC), criada em 1995 para substituir o antigo organismo regulador do comércio internacional, o GATT, prepara-se para mais uma rodada de negociações multilaterais. Com 135 membros e 29 países em processo de acessão, a OMC é hoje uma importante peça do cenário internacional, uma vez que assumiu o papel de liderança no campo do comércio internacional como elaboradora e supervisora das regras sobre o comércio, como foro de negociação de novas regras e, mais importante ainda, como tribunal internacional nos casos de conflito comercial.

Sendo assim, qualquer discussão sobre as novas relações entre o Mercosul e a União Europeia deve, não só ter em conta as regras da OMC como quadro de referência, mas também levar em consideração o dinamismo de tal quadro, que deverá passar por importantes alterações com a nova rodada de negociações multilaterais que se aproxima.

### **O programa de trabalho para a «Rodada do Milénio»**

A Conferência Ministerial da OMC, órgão máximo da organização, quando se reuniu em Maio de 1998 em Genebra, na sua segunda sessão, definiu o programa de trabalho que o Conselho Geral deverá empreender com vistas à III Conferência Ministerial a ser realizada em Novembro de 1999 em Seattle, nos Estados Unidos. O grande objectivo desta Conferência será o lançamento de uma nova rodada de liberalização do comércio, a já denominada Rodada do Milénio. O programa inclui negociações entre os membros da OMC para recomendações sobre os temas e as fases da próxima rodada, que devem ser aprovadas por consenso. Entre elas:

- Recomendações sobre questões relativas à implementação dos acordos e decisões existentes, como tarifas, agricultura, têxteis, regras sobre comércio, TRIMs, TRIPs e serviços;
- Recomendações sobre uma nova rodada de negociações sobre agricultura e serviços, como já ficou estabelecida na Conferência de Marraqueche, de forma que tais negociações comecem nos prazos previstos;
- Recomendações sobre o trabalho futuro já previsto nos acordos e decisões existentes, através de revisões. Os temas dessas revisões podem incluir: têxteis, barreiras técnicas, medidas sanitárias e fitossanitárias, *anti-dumping*, subsídios, regras de origem, TRIPs, TRIMs, serviços, solução de controvérsias e revisão de políticas comerciais;
- Recomendações relativas a outro trabalho futuro, com base no programa estabelecido em Singapura, e que podem incluir: investimentos, concorrência, transparência de compras governamentais e facilitação de comércio;
- Recomendações sobre o acompanhamento do plano proposto pela Encontro de Alto Nível sobre Países em Desenvolvimento, e que pode incluir a redução ou isenção de tarifas para todas as exportações dos países menos desenvolvidos, além do perdão da dívida externa desses países;

- Recomendações levantadas através da consideração de outras questões propostas e acordadas pelos membros relativas às suas relações multilaterais de comércio, e que podem incluir: redução tarifária, comércio electrónico, meio ambiente, acordos regionais e padrões trabalhistas.

O Conselho Geral também submeterá para a III Conferência, com base num consenso, recomendações para decisões relativas a aspectos de organização e administração do programa de trabalho, incluindo a abrangência, estrutura e prazos, de modo a garantir que o programa de trabalho seja iniciado e concluído rapidamente.

Os trabalhos preparatórios para a III Conferência Ministerial foram iniciados logo após a Conferência Ministerial de Genebra, e estão a ser coordenados pelo Conselho Geral. Estes trabalhos foram divididos em três fases.

A primeira fase, realizada no segundo semestre de 1998 e início de 1999, foi dedicada à identificação dos temas e pontos específicos do comércio internacional que os membros da OMC gostariam que fossem introduzidos na agenda das próximas negociações multilaterais. Tais temas têm sido listados e reagrupados pelo Secretariado.

A segunda fase, que deverá terminar antes Julho, está a ser dedicada à elaboração de propostas concretas sobre temas e pontos específicos a serem levados como recomendações à Conferência Ministerial. Deve incluir propostas sobre a abrangência, a estrutura e o prazo para as futuras negociações.

A terceira fase, que antecederá a realização da Conferência, em Novembro, será dedicada à negociação do texto de recomendações do Conselho Geral aos Ministros, com as propostas sobre implementação e sobre novos temas, dentro do programa de trabalho da OMC, e que os membros desejam levar a futuras negociações.

As discussões até agora realizadas, indicam o consenso dos membros para recomendarem:

- Negociações abrangentes, incluindo uma agenda ampla de temas, de forma a permitir um balanço (*trade-off*) equilibrado de pontos positivos e negativos para os interesses dos diferentes membros;

- Uma estrutura de negociações do tipo acordo único (*single undertaking*), que não permita a escolha dos membros para aceitarem apenas alguns temas da agenda, deixando outros de lado;

- Um prazo determinado, em torno de três anos, para impedir os desgastes da Rodada Uruguai que durou sete anos.

### **Os temas e os actores da próxima negociação**

Com a multiplicidade de temas até agora apresentados, incluindo temas já existentes mas também temas novos, é possível prever-se a complexidade das futuras negociações. Como nas rodadas anteriores, os actores do processo irão posicionar-se contra ou a favor das propostas, dentro de um quadro que se convencionou denominar de geometria variável, uma vez que será mutável de acordo com os interesses dos diversos membros.

Boa parte dos temas em negociação irão dividir os trabalhos entre membros desenvolvidos e membros em desenvolvimento, tal como aconteceu nas últimas rodadas. Mas o tema agricultura apresentará outro cenário: a União Europeia, o Japão e a Coreia contra os grandes produtores e exportadores de alimentos como os Estados Unidos e o Grupo de Cairns. Facto novo será a União Europeia situar-se agora no centro de um grande bloco de membros formado por países que têm fortes laços económicos com a União, como a EFTA, e também por países em processo de adesão à União, como os da Europa Central.

O tema têxtil, como aconteceu anteriormente, defrontará membros produtores e exportadores como a Índia, o Paquistão, o Japão, a ASEAN e Hong Kong-China, contra os importadores como os Estados Unidos, União Europeia e outros membros desenvolvidos da OCDE.

O tema regras de comércio, incluindo *anti-dumping*, subsídios e regras de origem, deve opor membros como os Estados Unidos, as Comunidades Europeias, a Austrália e o Canadá, os grandes utilizadores desses instrumentos, contra os exportadores de produtos industrializados como o Japão, a Coreia, a ASEAN e Hong Kong-China.

Com o crescimento constante do número de acordos regionais de comércio, e com o crescente temor de que tais acordos regionais acabem por criar barreiras aos países que a eles não pertencem, o tema acordos regionais e o fortalecimento de regras para a sua formação, deverá antepor posições defendidas pela União Europeia e integrantes dos seus vários acordos, NAFTA e Mercosul, contra membros independentes como o Japão, a Coreia, a Índia e Hong Kong-China, que sentem prejudicadas as suas exportações para tais grupos.

Os novos temas em negociação (tais como investimento, concorrência, transparência de compras governamentais, facilitação de comércio e comércio electrónico) irão certamente dividir membros desenvolvidos contra os em desenvolvimento, ainda não convencidos da necessidade de novos acordos. Os grandes temas de conflito explícito incluem o meio ambiente e os padrões trabalhistas, de forte interesse para alguns membros mais desenvolvidos – que estão a ser pressionados por segmentos importantes das suas sociedades, como os sindicatos, as ONGs e os partidos políticos – e outros membros que consideram tais temas como formas disfarçadas de barreiras ao comércio para as exportações de produtos que empregam factores mais competitivos. Como se pode prever, os interesses económicos dos diversos membros em cada tema de negociação permitirá a formação de diferentes grupos negociadores.

### **As negociações interregionais**

As negociações de um eventual acordo entre a União Europeia e o Mercosul terão como quadro de referência as negociações desenvolvidas em Genebra durante a próxima rodada. Assim, é importante ter em mente os interesses de cada região nas futuras negociações. Uma lista preliminar permitiria incluir:

#### *Temas de interesse da União Europeia:*

- Tarifas industriais, picos e escalada tarifária: diminuição das barreiras tarifárias do Mercosul
- Serviços: maior liberalização dos sectores
- TRIPs: cumprimento dos compromissos e combate à pirataria e à contrafacção
- Concorrência: negociação de regras multilaterais
- Investimento: negociação de regras multilaterais
- Meio ambiente: negociação de regras sobre o comércio e o meio ambiente
- Padrões trabalhistas: negociação de regras sobre o comércio e o cumprimento de padrões trabalhistas

#### *Problemas enfrentados pela União Europeia:*

- Prioridades da União Europeia: Europa Central e Oriental e os países ACP
- Preocupação da União Europeia com a perda de mercado que um eventual acordo ALCA poderia acarretar

#### *Temas de interesse do Mercosul:*

- Agricultura: maior liberalização através de tarifas e tarifação, transparência das licenças de importação, menores subsídios à exportação e menores apoios internos
- Têxteis: liberalização das quotas de produtos sensíveis
- Tarifas industriais: diminuição dos picos e da escalada tarifária
- Barreiras técnicas e fitossanitárias: regras para os acordos de reconhecimento mútuos
- Meio ambiente: não criação de novas barreiras
- *Anti-dumping* e extensão do *anti-dumping* para os acordos regionais: regras para os membros desses acordos
- Regras de origem pan-europeia: criação de barreiras para os países terceiros

*Problemas enfrentados pelo Mercosul:*

- Como diversificar a pauta de exportações do Mercosul para União Europeia
- Como agregar maior valor às exportações do Mercosul
- Como negociar acordos paralelos Mercosul-União Europeia e Mercosul-NAFTA
- Como aumentar as exportações das multinacionais europeias instaladas no Mercosul
- Como resolver o problema do maior nível de exigência da União Europeia em termos de barreiras técnicas e fitossanitárias

Será diante deste quadro de conflitos de interesses, bem como dentro do quadro de referência da OMC, que deverão ser iniciadas as novas relações entre a União Europeia e o Mercosul.

Vera Thorstensen